

**PROJETO DE LEI**  
**Nº 19/2006**

*“Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2007 e dá outras providências”*

*Dr. JUAN MANOEL PONS GARCIA, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:*

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

*Art. 1º - De acordo com a Constituição Federal, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2007, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, regula o aumento das despesas com pessoal e atende às normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.*

*Art. 2º - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.*

**Capítulo II**  
**DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

*Art. 3º - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2007 são estabelecidas no Anexo I, denominado Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:*

- I. Tabela 1 – Metas Anuais;*
- II. Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;*
- III. Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;*
- IV. Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;*
- V. Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;*
- VI. Tabela 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;*
- VII. Tabela 7 – Projeção Atuarial do RPPS;*

VIII. Tabela 8 – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;  
IX. Tabela 9 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**Art. 4º** - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliadas no Anexo II denominado Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, em que são informados as medidas a serem adotados pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar – nada consta em passivos contingentes.

**Parágrafo Único:** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

**Art. 5º** - Os valores apresentados nos anexos de que tratam os artigos 3º e 4º estão expressos em milhares de reais, em consonância com as regras estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda.

**Art. 6º** - A lei orçamentária não consignará recursos para o início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contemplados as despesas de conservação do patrimônio público.

**§1º** - A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**§2º** - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recurso orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

**Art. 7º** - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2006.

**Parágrafo Único** – O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2007, inclusive da receita corrente líquida, acompanhadas das respectivas memórias de cálculos.

**Art. 8º** - A lei orçamentária conterà reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – cobertura de créditos adicionais suplementares;

II – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

*III – capitalização do regime próprio de previdência social dos servidores municipais.*

*§1º- A reserva de contingência de que trata o inciso II do caput será fixada em, no máximo, 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.*

*§2º- Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do caput, não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte o Chefe do Executivo poderá lançar mão de seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais legalmente autorizados.*

*Art. 9º - O poder executivo poderá abrir créditos adicionais orçamentário com a finalidade de proporcionar a realização de ajuste das custas municipais.*

*Parágrafo Único – Se, no decorrer do exercício, for obtido o ajuste das contas municipais sem a necessidade de utilização integral do superávit orçamentário, poderá o Executivo fazer uso do valor remanescente para a abertura de créditos adicionais.*

### **Capítulo III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

*Art. 11 – O Executivo encaminhará ao Legislativo, quando preciso, projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive no que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas e à geração de recursos para investimentos ou, ainda, para a manutenção ou ampliação das atividades próprias do município.*

*Art. 12 – Todo projeto de lei versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverá atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo ser instruído com demonstrativo evidenciado que não serão afetadas as metas de resultado nominal primário.*

*Parágrafo Único – Não se sujeitam às regras do caput a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.*

### **Capítulo IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 13** - Desde que observada a legislação vigente, respeitadas os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e cumprida as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alterações de estruturas de cargos de carreiras;
- II. Admissão de pessoal ou contratação de qualquer título.

§ 1º - Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

- I. Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;
- III. Observância da legislação vigente, no caso do inciso II.

§ 2º - Estão a salvo das regras contidas no § 1º a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§ 3º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

**Art. 14** - Nas hipóteses de ser atingido o limite prudencial de que trata o Artigo 22 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

#### **Capítulo V** **DAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS Á EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 15** – Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive diretamente arrecadados por entidades da administração indireta e empresas controladas dependentes.

*§ 1º - Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação das receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixado no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subseqüentes, o Executivo e o Legislativo, determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados almejados.*

*§ 2º - Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados.*

*§3º - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento de serviço da dívida e precatórias judiciais.*

*§4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o Artigo 13 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.*

*§5º - Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no Artigo 65 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.*

*Art. 16 – A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 15, §1º, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.*

*Art. 17 - No mesmo prazo previsto no caput do Artigo 15, o poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.*

*§1º – Integrarão a programação financeira as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.*

*§2º - O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário.*

*§3º - O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.*

*Art. 18 – Para atender o disposto no Artigo 4º, I, “e”, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os custos e resultados das ações e programas estabelecidos.*

*Art. 19 – Na realização de atos de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizada por lei municipal e seja firmado convênio, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas.*

*§1º - No caso de transferências a pessoas físicas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei específica que tenha por finalidade a regulamentação pela qual essas transferências serão efetuadas, ainda que por meio de concessão de empréstimo ou financiamento.*

*§2º - A regra de que trata o caput, aplica-se a transferência a instituições públicas vinculadas a União, ao Estado ou a outro Município.*

*Art. 20 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas abaixo relacionadas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere e haja recursos orçamentários disponíveis:*

- I. Polícia Militar;*
- II. Polícia Civil;*
- III. Junta Militar;*
- IV. Junta de Conciliação Trabalhista;*
- V. Fórum;*

- VI. IBGE;
- VII. Polícia Rodoviária;
- VIII. Ciretran;
- IX. Convênios com Órgãos do Governo Federal;
- X. Convênios com Órgãos do Governo Estadual.

**Parágrafo Único** – A cessão de funcionários para outras esferas de governo independem do cumprimento das exigências do caput, desde que não sejam admitidos para este fim específico, salvo se para realizar atividades em que o município tenha a responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência solidária.

**Art. 21** – Para fins do disposto no Artigo 16, §3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$ 8.000,00, no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 15.000,00, no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

## **Capítulo VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 22** – Se a lei orçamentária não for publicada até o último dia do exercício de 2006, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de um doze avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for promulgada.

**§1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

**§2º** - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após publicação da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

**Art. 23** – Os órgãos e entidades mencionadas no artigo 2º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada me, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais para fins de consolidação das contas públicas de ente municipal, em atendimento dos artigos 52 ao 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

*Art. 24 – Integram esta Lei o Anexo I e o Anexo II, o primeiro composto pelas Tabelas n° 1 a 9.*

*Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*São Sebastião...*

***Dr. JUAN MANOEL PONS GARCIA***  
*Prefeito*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Parecer conjunto ao Projeto  
de Lei nº 019/06**

Encaminhou o Senhor Chefe do Executivo à esta Colenda Casa, dentro do prazo constitucional, o Projeto de Lei, que versa sobre a “Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o Exercício Financeiro de 2007, para análise e apreciação do Douto Plenário.

Pelo vasto conhecimento técnico e jurídico, este projeto foi encaminhado ao Procurador Jurídico desta Colenda Casa, o Dr. Antonio Alexandre da Silva, apresentou notas técnicas que o Projeto em tela, não apresenta indícios de ilegalidade.

Neste sentido, reuniram-se as Comissões em conjunto e diante das explicações apresentadas pelo Procurador Jurídico desta Edilidade, resolvem apresentar **parecer favorável** a aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2006.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

**Marcos Antonio Ferreira Tenório  
PRESIDENTE**

**Marcos Aurélio Leopoldino  
SECRETÁRIO**

**Solange Rodrigues Araújo Ramos  
MEMBRO**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**Félix João dos Santos  
PRESIDENTE**

**Marcos Aurélio Leopoldino  
SECRETÁRIO**

**Solange Rodrigues Araújo Ramos  
MEMBRO**